

# Mura, guardiões do caminho fluvial

Eliane da Silva Souza Pequeno<sup>1</sup>

*Resumo* - O texto refere-se ao grupo indígena Mura, habitantes da região amazônica, especialmente as bacias dos rios Solimões, Amazonas e Madeira. Conhecidos na etnografia colonial como os “corsários do caminho fluvial” e muito temidos, principalmente no decorrer dos séculos XVIII a XIX, foram alvo de uma tentativa frustrada em deflagrar uma guerra de extermínio, parte de sua evolução histórica.

*Palavras-chave:* Índios. Mura. Amazônia. Rio Madeira. Etno-história.

## Aspectos gerais da população indígena

O grupo indígena MURA é originário da região compreendida pelo baixo Amazonas, Solimões, Madeira, Autaz, Baetas, Marmelos, Mataurá, Aripuanã e Canumã. Atualmente estão estabelecidos na região das bacias hidrográficas dos rios Solimões, Amazonas e Madeira.

O grupo indígena Mura pertence a uma família lingüística menor do sul do Amazonas integrada pelas línguas Mura e Pirahã (Rodrigues, 1998, p. 81). Os Pirahã, seus parentes mais próximos, habitam a região do rio Maici, afluente do rio Marmelos, tributário da margem direita do rio Madeira, localizada no interior do município de Manicoré (AM). Por volta da segunda metade do século XIX, os Pirahã separaram-se do grande grupo Mura, permanecendo, ainda hoje, monolíngues. Atualmente, não se observa qualquer relação entre os dois grupos, salvo em reuniões das lideranças

indígenas de diversas etnias da Amazônia, podendo-se considerar estes encontros apenas ocasionais.

Os Mura, atualmente, falam exclusivamente a língua portuguesa. O motivo da perda da língua materna muito se deve ao fato de que os Mura estão em contato com a sociedade envolvente desde o século XVIII. A utilização da Língua Geral ou *Nheengatú* é observada, com frequência, em ambiente doméstico entre os índios e raramente é utilizada na comunicação com estranhos.

A Funai dispõe de amplo material de cunho histórico e documental a respeito dos Mura, sendo que os vários postos indígenas que atuaram, e ainda atuam, na região do estado do Amazonas foram instalados no início do século XX pelo então Serviço de Proteção aos Índios/SPI.

#### Aspectos culturais verificados na bibliografia

Os índios Mura ficaram conhecidos na bibliografia etnográfica como “*corsários do caminho fluvial*”. Viviam em suas próprias canoas, como se fossem suas casas, e se destacavam na resistência à ocupação pelos não índios. Sua imagem é marcada por traços guerreiros, destemidos, conhecedores de táticas *sui generis* de ataque e de emboscada, o que atemorizava e lhes concedia uma enorme fama de “perigosos”, principalmente nos idos dos séculos XVII a XIX, quando impediram, por sua presença e força física, o avanço das missões, do comércio português e das ações de cunho militar na Amazônia, especialmente na região compreendida pelos municípios de Autazes, Itacoatiara, Careiro da Várzea, Careiro do Castanho, Borba e Manicoré, Estado Amazonas.

A *Muhuraida*, obra épica, mostra em versos a saga dos Mura em contato com a sociedade envolvente, a tentativa frustrada em deflagrar uma guerra contra esse povo, não autorizada pelo Rei João VI, e a facilidade de incluir no seio do grupo indígena pessoas estranhas que não possuíam descendência Mura, o que ficou conhecido como “*murificação*”, ou seja, a inclusão social própria dos índios Mura.

#### Breve evolução histórica do grupo indígena Mura

Os Mura aparecem bruscamente na história colonial da Amazônia, a partir da implantação das missões jesuítas ao longo do rio Madeira, durante a segunda metade do século XVII. Eles desempenharam um papel estratégico na viabilização do projeto colonial português e determinaram o desaparecimento e descaracterização étnico-cultural de diversos povos indígenas. O apostolado jesuíta na Amazônia começa na Ilha de São Luis, em 1622, quando foi assentada uma ermida pelo capitão-mór Antônio Moriz Barreiros. A aldeia missionária era um centro de destribalização e de homogeneização cultural, onde os índios transitavam da condição de índios específicos, com sua própria língua, à condição de índios genéricos cada vez menos distinguíveis pela língua que falavam. “[...] de todas as tribus da Amazônia foi esta a que mais extenso território ocupou, espalhando-se das fronteiras do Peru até o Trombetas” (Nimuendaju, 1925, p. 140).

Em sua monografia sobre o grupo Mura, publicada em 1948, Curt Nimuendaju afirma que esses índios foram mencionados pela primeira vez, em 1714, numa carta do padre jesuíta Bartolomeu

Rodrigues, da missão dos Tupinambaranas, que os localizou na margem direita do rio Madeira, entre os Torá e Unicoré (latitude 6° e 7° 40'S).

Hostilizavam a aldeia dos Abacaxis, fundada por volta de 1723, acima da boca do Jamari e, em virtude dessas ameaças, a missão foi transferida para o baixo curso do Madeira, em 1742. Datam desses primeiros conflitos os esforços do padre José de Souza, preposto e vigário provincial da Companhia de Jesus, em promover audições na Junta das Missões que pudessem, por consenso, sugerir ações repressivas contra os Mura.

Os Mura constituíram o paradigma dos índios bárbaros, ou “de corso”<sup>2</sup>, contra os quais se tentou mover a mais enfurecida guerra de extermínio durante o século XIX, na Amazônia.

De acordo com Amoroso (1997), a presença Mura no início do século XVII, localizada no sistema hidrográfico do rio Madeira, eixo de comunicação fluvial entre o Grão-Pará e o Mato Grosso, foi apontada pelos hábitos culturais estranhos ao colonizador, familiarizado com o perfil cultural da população tupi-guarani, sendo que as características sócio culturais se faziam das ausências: foram descritos como um povo que não plantava, não possuía aldeias e não tecia. As primeiras tentativas de redução foram frustradas, sendo que os Mura atacavam com frequência as embarcações comerciais utilizadas na navegação do Madeira.

Segundo os registros históricos, “a presença Mura às margens do rio Madeira representava ameaça aos colonos nas épocas de colheita: nativos irredutíveis, os Mura dificultavam a penetração no interior da mata, ameaçavam os estabelecimentos,

aterrorizavam escravos e trabalhadores do cacau” (Moreira Neto, 1988, p. 258-259).

A primeira característica que colaborou para a construção do “inimigo Mura” foi a extrema mobilidade dos Mura na ocupação de um território original – a bacia hidrográfica do rio Madeira. A ação das frentes de colonização que empurraram os Mura até sua última fronteira com a sociedade nacional – o rio Japurá – seria o segundo elemento da caracterização do território expandido. O terceiro elemento seria a “murificação”, instituição pela qual os Mura agregavam outras etnias, entre elas negros dos quilombos, ciganos, índios destribalizados ou ex-catecúmenos, egressos das missões católicas.

A publicação de uma série de documentos que trata dos *Autos da Devassa Contra os Índios Mura do Rio Madeira e Nações do Rio Tocantins, 1738-1739*, pela Comissão de Documentação e Estudos da Amazônia-CEDEAM, em 1986, forneceu elementos de grande interesse para o entendimento dos modos e processos usuais na declaração de “guerra justa”. Depois de ouvir trinta e três testemunhas, dentre as quais alguns moradores de Belém, que nada sabiam sobre índios do rio Madeira por ciência própria, publicaram o parecer do padre José de Souza, solicitando o encaminhamento do processo-crime contra os Mura à Coroa portuguesa. O Frei Clemente de São Joseph, provincial de Santo Antônio, analisou em um longo texto o conteúdo dos depoimentos das testemunhas, mostrando que quase todas se repetem nos mesmos termos e incidem em incongruências perceptíveis.

A despeito dos votos favoráveis à guerra do governador, João de Souza Castelo Branco, do ouvidor-geral da Capitania do Grão-

Pará, Salvador de Souza Rabelo, do padre provincial da Companhia de Jesus e de outros membros da Junta das Missões, o rei de Portugal, D. João VI, não considerou o documento juridicamente apreciável, dizendo: “[...] me pareceo dezervoz que Não está em termoz de se Reputarem com justaz, e necessárias estaz guerraz [...]” (CEDEAM, 1986, p. 163).

Apesar da recusa do rei D. João VI em autorizar a guerra justa contra os Mura, no episódio acima referido, esses índios foram atacados vezes sem conta por particulares e por tropas coloniais nos anos que se seguiram. Soma-se a isso a sucessão de epidemias de sarampo, varíola e infecções gastrointestinais que dizimaram alguns grupos indígenas habitantes do rio Madeira, a partir de 1749, e que tiveram profundo impacto sobre os Maué e outros grupos da foz do Madeira, afetando com toda a probabilidade também os Mura dessa região.

Esse fato teve alguma consequência na dispersão dos Mura por todos os afluentes do Amazonas até o Solimões, inclusive os tributários da parte setentrional do rio, como o Japurá e o Negro. Outro efeito provável dessa sucessão de epidemias, ataques armados e a consequente dispersão dos grupos foi a apresentação espontânea dos Mura em Santo Antônio do Mapiri, no baixo Japurá, de que se falará adiante, no episódio conhecido como “voluntária redução”.

Por volta de 1744, a aldeia jesuíta de Trocano (hoje, a cidade de Borba) substituiu a de Santo Antônio das Cachoeiras e, mesmo com a mudança, os jesuítas não se viram livres dos Mura, que investiram contra a aldeia de Trocano. De forma que, por cautela, o missionário vivia cercado por estacas para se defender de ataques

semelhantes ou invasões inesperadas. Havia em Trocano dois canhões trazidos para a missão via rio Madeira muitos anos antes, pelo padre José da Gama, para espantar os Mura (Leite, 1943, p. 402-403).

A obsessão dos jesuítas com os Mura haveria de ter resultados funestos. O governador Mendonça Furtado visitou essa aldeia, em 1755, e foi recebido pelo missionário padre Anselmo Eckart. Fontes da época afirmam que, para saudar festivamente o governador, que já então se encontrava em rota de colisão com os jesuítas, dispararam os malfadados canhões. Mendonça Furtado teria entendido que essa seria uma demonstração de ânimo pouco pacífico dos jesuítas e converteu a aldeia do Trocano na Vila de Borba, iniciando com este incidente a política de secularização das missões na Amazônia.

O padre jesuíta João Daniel, que viveu na Amazônia entre 1741 e 1754, escreveu *Thesouro Descoberto no Rio Amazonas*, entre 1757 e 1776, nos cárceres do Forte de Almeida, em Portugal, a que fora levado pela expulsão dos jesuítas da Amazônia pelo Marquês de Pombal. Publicado por volta de 1820 pela Impressão Régia do Rio de Janeiro, registrou alguns dados de interesse sobre os Mura:

A nação Mura também tem muita especialidade entre as mais. É gente sem assento, nem persistência, e sempre anda a corso, ora aqui, ora ali; e tem muita parte do Rio Madeira até o rio Puruz por habitação. Nem tem povoações algumas com formalidades, mas como gente de campanha, sempre anda de levante, e ordinariamente em guerras, já com as mais nações, e já com os brancos, aos quaes querem a matar ou tem ódio mortal. E não só assaltam as mais nações,

mas ainda nas mesmas missões tem dado vários assaltos, e morto a muitos índios mansos, de que se não puderam livrar, por serem repentinas e inesperadas as suas investidas; e para as evitarem lhes é necessário fazerem cercas de pao a pique, e estar sempre alerta; e tem esta contínua guerra, não porque coma gente ou carne humana, mas por ódio estranhável aos brancos, a que estes mesmos deram muita causa. Tinha-os praticado antigamente um missionário, e eles dado palavra de saírem dos seus matos, e descerem para a sua missão no anno seguinte, depois do missionário lhes ter promptos, e prevenidos os viveres, pannos e ferramentas para os vestir, e sustentar enquanto eles não fizessem roças próprias. Neste ajuste estavam firmes; mas foi perturbá-los um português, que dele soube, deste modo. Preparou um grande barca com o pé de ir às colheitas do sertão, como se costuma, foi ter com eles, e fingindo ser mandado pelo dito missionário, lhes disse que ele os mandava buscar; porque já tinha preparado roça, casas e pannos. Admirados responderam os tapuias, que ainda não chegava o tempo que o padre tinha ajustado com eles, e que ainda não podia ter promptos os víveres, e farinhas para comerem: porém o branco, com ações, piores que de preto, os soube enganar, e iludir de sorte, que eles persuadidos de que na verdade os mandava buscar o padre, se embarcaram, os que puderam na canoa do barco ... e os vendeo aos mais brancos nos seus sítios, fingindo serem seus escravos, que pouco antes remira do poder de seus contrários. E como o escrúpulo era em todos nenhum, e se tinham consciências, eram de camurça, como dizem, não gastavam tempo, nem os compradores em pedirem registros, nem o vendedor os mostrar; e assim vendendo com eles a sua alma, os passou todos grandes e pequenos, homens, e

mulheres, de que se trazia abundância, mancebos, e velhos: e desta sorte se faziam escravos. Os mais, que ficaram para as seguintes monções, e esperavam com ânsia o como os seus parentes tinham sido recebidos na missão, e se estavam contentes para eles seguirem os seus informes assim que souberam da tramóia, e que estavam feitos escravos, em lugar da liberdade cristã prometida na missão, conceberam tal ódio contra os brancos, e talvez contra os mesmos padres persuadidos de que eles os tinha já antes praticado para os fazer escravos, que desde então ategora tem contínua declarada guerra contra os missionários, brancos e aldeanos. (Daniel, [1757-76] 1860, p. 166-168).

Intermediário tradicional da comercialização dos produtos extrativos, especialmente a borracha e a castanha, que percorre, de barco, os rios da Amazônia, os regatões compravam a produção da borracha e da castanha e vendiam produtos de primeira necessidade. Um regatão português “ *fingindo ser mandado pelo dito missionário*” preparou uma grande embarcação e foi ter com os Mura, dos quais embarcou uma grande quantidade no barco, que levou a vender aos colonos da região como escravos. Conclui Daniel:

E, na verdade tem bem vingada a referida tramóia, e desafogada a sua cólera, em tantas mortes, que não há anno, em que não matem muitos, já nas missões assaltadas de repente, e já nas canoas que vão ao sertão, ou sejam nas suas feitorias em terra, ou quando navegam: porque eles no seguro da terra, no escuro das sombras, e no amparo das árvores muito a seu salvo, vão disparando a mosquetaria das suas frechas nos pobres remeiros, e algumas vezes também nos cabos brancos. Com serem estes

muras tão bravos, e tão belicosos, não são tão bárbaros como as mais nações, que comem carne humana; pois não consta que eles a comam. Zombam dos brancos, e tropas de soldados, que muitas vezes se tem mandado contra eles: porque como não tem domicílio certo, ou povoações fixas, não podem as tropas alcançá-los, e apenas apanham alguns, ou alguns pouco esgarrados. São gente bem disposta, e bem encarada. Usam de uns arcos de doze, ou pouco mais, ou menos palmos de compridos, e flechas da mesma grandeza, e proporção. Quando atiram não suspendem os arcos no ar, como os mais de ordinário fazem; mas os seguram no chão com os dedos dos pés: atiram as flechas com tanta força, e valentia, que mui longe atravessam um boi, e qualquer homem de parte a parte.” (Daniel, [1757-76] 1860, p. 264-265).

Este incidente marcou o início da resistência Mura ao avanço do sistema colonial e, a partir dele, os Mura passaram a atacar as missões. Os Mura tornam-se então conhecidos pelos colonizadores como “gentio de corso”, ou seja, os índios que permaneciam afastados dos aldeamentos e representavam uma perigosa ameaça aos interesses coloniais.

Por volta de 1750, as tropas de resgate e as missões já haviam despovoado e desocupado as regiões próximas das margens dos rios do baixo e médio Amazonas e os Mura, que não haviam se submetido, iniciaram um processo de expansão territorial e crescimento demográfico, aproveitando-se dos espaços vazios criados pelos descimentos e pelo contágio das doenças que dizimavam nações inteiras como os Tupinambá e os Tapajó. No rio Tefé, onde havia salsaparrilha, navegava a

nação Mura, já que as nações que o habitavam anteriormente haviam sido desterradas”. (Sampaio, 1985, p. 45).

Os Mura nunca fixavam seus aldeamentos muito para o interior das terras e, mesmo no período de maior expansão, sempre procuravam várzeas do Amazonas, do Solimões, do rio Negro, do Japurá, do Madeira e de seus tributários. O primordial era assegurar a capacidade de deslocamento em suas canoas, que os conduziam às áreas onde estabeleciam suas moradias e aos lugares onde a caça e a pesca eram mais abundantes.

Em 1753, a coroa portuguesa abre, oficialmente, o caminho para o Mato Grosso, via o caminho fluvial pelo Madeira. Neste período, os Mura são ainda considerados cativos, apesar da Lei de Liberdade dos Índios, promulgada em 1755, porém divulgada no Pará somente dois anos mais tarde. Neste período registrou-se o deslocamento dos Mura do rio Madeira para o Solimões e o Negro. De acordo com o naturalista Henry Walter Bates:

[...] os Mura se tornaram uma tribo de pescadores nômades, que desconhecem a agricultura e todas as artes praticadas por seus vizinhos. Não constroem moradias sólidas e duradouras: vivem em grupos familiares isolados ou em pequenos bandos, errando de um lugar para outro ao longo das margens dos rios e das lagoas onde há mais abundância de peixes e de tartarugas. Em cada lugar onde param temporariamente, eles constroem choças provisórias à beira da água, mudando-se mais para cima ou para baixo do barranco à medida que a água sobe ou desce [...]” (Bates, 1840, p. 129-130).

O ouvidor da Capitania de São João do Rio Negro, Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, percorre o Grão Pará em 1773 e 1734, onde testemunhou as condições de vida e o futuro que estava reservado para as nações de índios que eram transferidas para os aldeamentos dos missionários, e apontou os Mura como o grande empecilho ao desenvolvimento da agricultura na região. A facilidade com que os Mura se deslocavam entre os rios da Amazônia foi registrada pelo comandante de Santo Antonio do Mapiri:

Indagando com individuação qual fosse a primeira, e principal habitação d'este gentio, me figuraram, que sendo o seu costume viverem de corso, tinham contudo a sua assembléia geral na margem setentrional do Beni, em toda a extensão da parte d'aquela rio, que corre com o nome de Madeira, sendo a paragem do seu maior ajuntamento no célebre lago, que quasi na foz d'aquela rio se encontra com o nome de Guautazes (atual Município de Autazes), o qual por um furo, ou furos se comunica com o Solimões para baixo do Purus na parte meridional do mesmo Solimões; Que sendo por aquella margem do Madeira o seu imperio, e antiga habitação, della sahiram a difundirse, primeiro pelas margens do Madeira, e descendo à antiga povoação dos Abacaxis, mataram, e aprisionaram muitas d'ella: Que depois tendo shaido a algumas canôas, que viajavam aquelle rio, entraram a fazer presas e mortes e que passando depois para o Solimões, principiaram a infestar aquelle rio, atravessando o lago dos Guautazes já dito para o lago Piuinuri, na margem septentrional do Solimões. (Notícia, 1873, p. 343 - grifos nossos).

Ao passar por Arvelos, Ribeiro de Sampaio registrou que:

[...] tem tido esta povoação argumento em vários descimentos; mas no anno presente tinha padecido grave diminuição, por causa do contágio das bexigas, morrendo delle muitos indios, e desertando outros para os matos, como costumão nessas ocasiões”. (Sampaio, 1985, p.156-157).

A descoberta das minas de ouro em Mato Grosso, em meados da segunda metade do século XVIII, intensificou o movimento de barcos pelo rio Madeira e colocou os Mura frente a frente com os colonizadores portugueses. A desigualdade das armas causou o decréscimo na população, que passou a usar o seu domínio no conhecimento do meio ambiente para surpreender e atacar os barcos que navegavam pelo rio Madeira. A nova estratégia de ataque dos Mura, conhecida pelas trincheiras situadas em pontos estratégicos nas passagens dos rios, levou pânico às embarcações e às vilas, mobilizando todo o esforço da repressão colonial, que enviara tropas às localidades onde havia registros de seus ataques.

Há memória, que no sitio dos Guautazes huma divisão desta tropa surpreendera uma maloca as seis horas da tarde deitando-lhes uma linha de cerco por mar, e por terra. Os homens rompendo a linha fugirão: as mulheres com suas crianças, e todos os rapazes e raparigas lançarão-se ao mar querendo ganhar uma ilha fronteira, em tempo, que ahi ainda não tinham chegado as canoas, morrerão todos afogados em número de trezentos e tantos”. (Anônimo apud Moreira Neto, 1988, p. 251).

Em *Diário da Viagem Filosófica pela Capitania de São José do Rio Negro*, realizada pelo naturalista Alexandre Rodrigues

Ferreira, encontram-se várias referências feitas aos Mura, entre elas a “*Notícia da Voluntária Redução de Paz e Amizade da Feroz Nação do Gentio Mura nos anos de 1784, 1785 e 1786*”. Rodrigues Ferreira chegou em Belém em 1783, iniciando aí grande expedição científica que percorreria vastas extensões da Amazônia e de Mato Grosso durante quase dez anos. Na época da pacificação dos Mura no Japurá, o naturalista encontrava-se em viagem pelo rio Negro, e em parte desse tempo esteve em Barcelos, onde teve contato imediato e detalhado com as notícias daquela aproximação pacífica.

Encontrava-se, em 1781, também nas imediatas vizinhanças da região onde os Mura se apresentaram, Henrique João Wilkens, engenheiro militar integrante da missão portuguesa, membro da Quarta Comissão de Fronteira, que esteve no rio Japurá para fazer levantamentos cartográficos e, na boca do igarapé Jauí, encontrou dois índios da nação Tareira, que tinham fugido dos Mura e lhe relataram que estes estavam na boca do rio Juani, onde:

[...] matarão cinco pessoas e que forão empregados os homens prisioneiros em fazer grandes feixes de flechas, cuja tarefa se não acabavão lhes davão pancadas, e que estes se preparavão para entrar no rio Ticami onde pretendiam extirpar a nação dos Jupirás, e sahir depois ao rio Iça e Solimões a matar como dizião, todos os brancos e indios que achassem no negócio, e que logo encorporados com uma partida da sua nação passarão ás povoações e roças de Alvarães, Nogueira e Ega, a matar os brancos e indios moradores, rezervando os rapazes e raparigas para seus escravos, a cujo fim obrigarão os indios prisioneiros a fazer farinhas e bejú recomendando aos indios que

trabalharão nas frechas as fizessem que não quebrassem.  
(Amoroso apud Wilkens, 1994, p. 25).

Henrique João Wilkens, ao tomar conhecimento dos planos de ataque dos Mura, deu-lhes combate quando:

[...] se soube com certeza pela reação das índias que os Mura intentarão assaltar o lugar de Santo Antonio no dia 16, para que tinham muita farinha, canoas furtadas, e frechas que tudo se lhe destruiu e quebrou, e se deu morte a 12 ou 14 Mura.” (Amoroso apud Wilkens, 1994, p. 23).

Em 1784, após as freqüentes expedições punitivas, um grupo de cinco Mura, comandados pelo índio “murificado” Ambrósio, celebrou o acordo com os portugueses na localidade de Santo Antonio do Mapiri, situada no baixo Japurá. Ambrósio demonstrava que os Mura estavam dispostos a cessar suas hostilidades e se comprometiam a fornecer produtos do sertão. Neste mesmo período, outros índios Mura apresentaram-se em lugares como Tefé, Alvarães e Borba e, por volta de 1786, os Mura estavam, aparentemente, em estado de paz.

Wilkens escreve sobre o episódio da “voluntária redução”, em oitava camoniana, no primeiro poema amazônico, “*Muhuraida*” ou o “*Triunfo da Fé*” (1785), cuja intenção é aproximar o poema aos outros épicos do Arcadismo brasileiro, como o Uruguay, em 1754, de José Basílio da Gama, e o Caramuru, 1781, do Frei Francisco José da Santa Rita Durão.

Após a redução de 1784, diversos descimentos de índios Mura, que viviam nos rios Negro, Juruá e Madeira, foram realizados e, para abrigá-los, foram fundados os aldeamentos de Imapiri,

Manacapuru, Piaurini, Mamiá, Guautazes, Ayrão e Piraquequara. Aos diretores desses aldeamentos foi determinado que fizessem censos para se saber efetivamente quantos Mura estavam morando nas aldeias. No entanto, conforme se observa na carta do diretor da vila de Santo Antônio de Borba, em 1788, não era possível saber ao certo quantos Mura viviam aldeados:

[...] dos referidos Mura senão acha aqui grande quantidade, pois forão muitos para os lagos apanhar tartarugas e peixes boys, para seu sustento e outros para os matos ás castanhas, levando consigo suas mulheres e filhos como tem sempre de costume” .(Amoroso apud Wilkens, 1994, p. 54).

Em 1834 e 1835, com a eclosão do movimento denominado Revolta da Cabanagem, houve a participação dos índios Mura ao lado dos negros, brancos e mestiços revoltosos.

A Revolta da Cabanagem aterrorizou os setores dominantes da Amazônia nos anos de 1836-1840 e resultou em verdadeiro massacre aos revoltosos, causando cerca de 30.000 mortos, o equivalente a 1/5 da população total da Província do Amazonas. (Hemming, 1978, p. 237).

A repressão aos Mura foi violenta, restando poucos milhares, em 1840. Um dos feitos mais expressivos e que haveria de lhes causar dura perseguição, durante e após a rebelião, foi a derrota e a morte que impuseram a Ambrósio Pedro Aires, líder da expedição punitiva aos pontos cabanos no lago do Autazes:

[...]o comandante do rio Negro, Ambrósio Pedro Ayres, ao passar entre duas ilhas foi atacado por sete canoas de rebeldes, a maior parte Mura, e defendendo-se até quase

noite, tentou salvar-se em terra; mas foi agarrado e morto cruelmente. (Moreira Neto, 1988, p. 109).

A participação dos Mura na Revolta da Cabanagem rendeu-lhes um novo período de represálias, o que levou a um novo declínio demográfico. A partir de 1850, os Mura voltaram a empreender ataques a viajantes, soldados e missionários. As aldeias localizavam-se nos lagos Capanã Grande, das Onças, Acará, Maria Pau, Uauara, Arary, Jacaré e no rio Jumas. Em 1853, os Mura foram localizados nas seguintes aldeias, todas na região do rio Madeira: Sapucaia-orooca, Maturá, Atininga, Matupiri, Manicoré, Capanã, Uarapiara, Baetas, Carapanatuba, Crato, Três Casas, lagos do Antonio, das Onças, Grande, Acará, Uauara, Aracu, Jacaré, Araiá e Chaves.

Os Mura limitaram-se cada vez mais ao vale do rio Madeira, a partir de meados do século XIX, onde não estiveram a salvo dos ataques periódicos da população regional ou de seus inimigos tradicionais, os Mundurucu e os Parintintin. O decréscimo posterior da população Mura acompanha as severas taxas que caracterizam a história recente da maioria dos povos indígenas da região amazônica.

A presença dos Mura em Autazes, no Lago do Sampaio, no século XIX, é atestada pela documentação relativa à morte do capitão Ambrósio Aires, conhecido como Bararóá, que comanda a repressão aos cabanos, aos quais os Mura estavam integrados.

É possível que as hostilidades entre os Mura e os Mundurucu, documentadas desde o século XVIII, fossem ainda mais antigas, estendendo-se a épocas pré-coloniais. Os dois grupos competiam pelos mesmos territórios (pelo menos na região do rio Madeira) e tinham ambos – desde

que deles se possuem registros históricos – em extraordinário poder de expansão territorial e de domínio sobre outros grupos. Entretanto, a natureza dessa competição mudou fundamentalmente depois que as autoridades regionais e os colonos passaram a capitalizar, em seu proveito, as tensões e rivalidades tradicionais entre os índios.” (Moreira Neto, 1988, p. 111).

No ano de 1856, um *Mapa Estatístico dos Aldeamentos de Índios*, publicado anexo ao relatório anual do Ministério do Império, indicava, em toda a província do Amazonas, não mais de 1.300 índios Mura, aldeados em oito povoações subordinadas às *diretorias parciais* de Sapucaia-oroca, Autazes, Tijuca-murutinga e Aribá. Esse número indica um rápido decréscimo da população Mura que, ao mesmo tempo, tende a abandonar seus territórios tradicionais no Japurá, Negro, Purus, Juruá e Solimões para concentrar-se, principalmente, no vale do rio Madeira.

Os aldeamentos indígenas Mura, no final do século XVIII, descritos em “*Notícia da Voluntária Redução de Paz e Amizade da Feroz Nação do Gentio Mura*” (UFA/CEDEAM) estavam assim distribuídos: a) *Imapiri*: 200 pessoas, entre Mura e Chumana; b) *Mamiá*: 250 Mura; c) *Manacapuru*: 523 Mura; d) *Guautazes*: 1.442 pessoas, entre Mura e Iruri; e) *Airão*: 60 Mura; f) *Piraquequara (Japurá)*: 300 Mura.

A maior dispersão dos Mura, no decorrer dos séculos XVIII e XIX, pela corrente principal do Amazonas e por todos os seus tributários a montante do Madeira, além dos conflitos aqui apontados, podem ser explicados pela maestria dos Mura como navegadores e pela busca permanente de novas áreas de caça e pesca.

O gigantesco território dos índios Mura, segundo fontes dos séculos XVIII e XIX, que apontam a estimativa populacional Mura entre 30.000 e 60.000 índios, deve levar em conta o nomadismo e o movimento de pequenos grupos como um dos fatores determinantes da espacialidade Mura, que avança e desloca-se do rio Madeira para o Japurá, reproduzindo preconceitos e imprecisões que marcaram as fronteiras coloniais.

A partir do século XX, a atuação do Serviço de Proteção aos Índios/SPI na região foi de fundamental importância para o desenvolvimento das comunidades Mura, atrasando o processo de espoliação das terras indígenas. Daí surgiram dezenas de pequenos lotes de terras destinados a populações indígenas na Amazônia, doadas pelo Estado. Em 1926, vários documentos do Serviço de Proteção aos Índios/SPI fazem referência à existência dos Mura habitando a região do vale do rio Madeira. A 1ª Inspetoria Regional do Amazonas e Acre, sediada em Manaus, instalou dois postos indígenas no rio Purus: Pedro Dantas (ou Marienê, no município de Lábrea) no rio Seruini, e Manauacá, no rio Tuini.

O posto indígena, único meio de atuação do SPI, forneceu às comunidades indígenas gêneros de produção agrícola e artigos industrializados, incentivou a lavoura e iniciou projetos econômicos na região. Calcula-se que a população Mura, em 1926, distribuída nos rios Madeira, Manicoré, Autaz, Purus e Urubu, somava cerca de 1.400 pessoas. Nimuendajú relacionou, em 1926, cerca de 1.390 Mura, em vinte e seis aldeias no Madeira, Autaz e Urubu, com admissão de um total máximo de 1.600 índios.

O esforço do SPI na região do Madeira significou um resgate cultural de extrema importância para os Mura, visto que, na década

de 1940, a 1ªIR desenvolveu o reconhecimento dos limites, expulsão dos intrusos, projetos de comercialização da castanha e atividades pecuárias.

Em pesquisa sobre os Pirahã, Adélia Engrácia de Oliveira percorreu a região do vale do Madeira, durante a década de 70, observando a presença dos Mura também no rio Solimões. Outro estudo de grande importância sobre os índios Mura encontra-se no Projeto Madeira: Levantamento das Populações Indígenas do Médio Madeira, de Lange & Heringer, 1981.

## Notas

<sup>1</sup>Antropóloga pela Universidade de Brasília/UnB, servidora lotada na Coordenação Geral de Identificação e Delimitação/CGID, da Diretoria de Assuntos Fundiários/DAF, da FUNAI

<sup>2</sup>“Os corsários não se confundem com piratas – estes agiam tanto na guerra quanto na paz. Os corsários recebiam dos reis patentes ou cartas de corso, que lhes davam o direito de apresiar navios mercantes de nações inimigas”. Não é estranho que se transplante o conceito para denominar índios em estado de beligerância, mas é curioso que se revele, por trás desta denominação, o sentido de guardiães que tinham os corsários incumbidos oficialmente pelas monarquias européias de proteger os mares contra a circulação de embarcações identificadas com nações inimigas. Contudo, o sentido que veio impregnar expressões como “gentio de corso” ou que veio compor considerações sobre índios como os Mura, especificamente, designa a qualidade atribuída à pirataria, ou seja, vida nômade de pessoas que tiram seu sustento fazendo guerras e saques. (Lello Universal, p.660 *apud* Almeida, 1997)

## Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos Índios: um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII*. Brasília: UnB, 1997.

AMOROSO, Marta Rosa. *Guerra Mura no século XVIII versos e versões: representações dos Mura no imaginário colonial*. Campinas: UNICAMP, 1991. (Dissertação de Mestrado).

BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. Observação ou notas illustrativas dos primeiros capítulos da parte segunda do thesouro descoberto no Rio Amazonas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v.5, p. 275-311, 1885.

BATES, Henry Walter. *O naturalista no Rio Amazonas*. São Paulo, 1944.

BENCHIMOL, Samuel. *Introdução aos autos de devassas dos índios Mura (1738)*. Manaus: Universidade do Amazonas, 1985.

DANIEL, João. Thesouro descoberto no maximo Rio Amazonas - Parte II. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v.1/3, p.39-500, 1860.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Diário da viagem philophofica pela Capitania de São José do Rio Negro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v.48/51, p.1-166, 1886/1888.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. *Etnia Mura*. Manaus: FUNAI/CEDOC, 1992. 24p.

LANGE, Ana; HERINGER FILHO, Ezequias. *Projeto Madeira: levantamento das populações indígenas no Médio Madeira*. Manicoré, 1981. (mimeo).

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. Henrique João Wilkens e os índios Mura. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, p.229-275, 1989.

\_\_\_\_\_. *Índios da Amazônia: de maioria à minoria (1750-1850)*. Petrópolis: Vozes, 1988.

NIMUENDAJU, Curt. The Mura and Pirahã. In: *HANDBOOK of South American Indian*, v.3. 1948. p.255-269.

\_\_\_\_\_. *Textos indigenistas: relatórios, monografias, cartas*. São Paulo: Loyola, 1982.

\_\_\_\_\_. As tribus do Alto Madeira. *Sep. Journal Societé of América*, Paris. v. 17, p.137-172, 1925.

NOTÍCIAS da voluntária redução de paz e amizade da feroz nação do gentio Mura nos annos de 1784, 1785 e 1986. *Revista do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil*, n. 36 (1ª parte), p.323-392, 1873.

OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. A situação atual dos Mura-Pirahã. *Boletim Informativo FUNAI*, Brasília, v.13, p.69-78, 1975.

\_\_\_\_\_. A terminologia de parentesco Mura-Pirahã. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi - Nova Série: Antropologia*, Belém, v.66, p. 1-33, fev., 1978.

OLIVEIRA, Adélia Engrácia de; RODRIGUES, Ivelise. Alguns aspectos da ergologia Mura-Pirahã. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi - Nova Série: Antropologia*, Belém, v.65, p. 1-47, jan., 1977.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. *Línguas brasileiras para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, 1986.

SANTANA, Ricardo Félix. *Relatório ambiental integrante do processo de identificação e delimitação das Terras Mura, municípios de Autazes e Borba*. Brasília: FUNAI, 1997.

SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. *As viagens do Ouvidor Sampaio (1774-1775): diário que em visita, e correição das povoações da Capitania de São José do Rio Negro*. Manaus: Fundo Editorial, 1985. 234p.

UNIVERSIDADE DO AMAZONAS. *Autos da devassa contra os índios Mura do Rio Madeira e nações do Rio Tocantins, 1738-1739*. Manaus: CEDEAM, 1986. 169p. (fac-símile e transcrições paleográficas).

WILKENS, Henrique João. *Muhuraida ou O Triunfo da Fé na bem fundada Esperança da Enteira Conversão, e Reconciliação da Grande, e Feróz Nação do Gentio Muhura, 1785*. Manaus: Biblioteca Nacional/UFAM/Governo do Estado do Amazonas, 1993.

